

## **Educação Musical e Síndrome de Down: Pequeno Perfil Docente**

### ***Musical education and syndrome down: small profile teaching***

Ana Maria Lúcia Vale Alves; Profa. Débora Andrade  
Universidade Federal de São João Del-Rei

#### **Resumo**

Este trabalho investigou a prática pedagógica de cinco professores de música, que ensinam alunos com Síndrome de Down, além de seus conhecimentos acerca do assunto. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e os foram analisados, tendo como principal referencial teórico a autora Viviane Louro (2006). Os resultados mostraram que, dos cinco, quatro professores ensinam música a alunos com Síndrome de Down guiados pela intuição e possuem conhecimento incipiente sobre o assunto.

**Palavras-chave:** Musicalização; Síndrome de Down; Perfil Docente

#### **INTRODUÇÃO**

A educação musical para pessoas com Síndrome de Down é um trabalho desafiador, pois exige muita responsabilidade do profissional que deseja atuar nesta área. Cursos de formação como os que são ministradas por Viviane Louro, em oficinas, simpósios, dentre outros, já existem. Como, nem sempre, as pessoas se interessam ou possuem acesso a essa formação, são poucos os profissionais que se sentem preparados para trabalhar com esse perfil de aluno.

A Síndrome de Down é uma alteração genética, causada por um erro na divisão celular, durante a divisão embrionária, sem causa aparente. Ela não é uma doença e, também, não é contagiosa. Seu diagnóstico pode ser realizado por meio de um ultrassom, no período pré-natal. Pode afetar, aproximadamente, 1 entre 700 indivíduos e, apesar do fato de qualquer casal poder gerar um filho com a síndrome, acomete com maior frequência fetos de mulheres acima dos 35 anos (NASCIMENTO, 2006).

Segundo Damasceno, Cunha e Streit (2005), depois do nascimento, a criança com a síndrome traz consigo traços físicos característicos, como baixa estatura, occipício achatado, pescoço curto, pele redundante na nuca, ponte nasal plana, orelhas de implantação baixa, possuindo uma aparência dobrada típica, além de os olhos

exibirem manchas ao redor da margem da íris. A boca permanece aberta mostrando, muitas vezes, a língua sulcada e saliente. As mãos são curtas e largas, frequentemente com uma única prega palmar transversa. Os quintos dedos são defletidos e os pés mostram um amplo espaço entre o primeiro e segundo, com um sulco estendendo-se próximo à face plantar.

Também, possuem o desenvolvimento mais lento em relação às pessoas consideradas normais. Isso compromete a linguagem, fazendo-as emitir suas primeiras palavras com atraso. Em um estudo realizado em crianças com síndrome, em um período de três anos, identificou-se que elas possuem uma maior dificuldade existe uma maior dificuldade em emitir de certas consoantes e grupos consonantais, embora essas dificuldades também sejam percebidas em crianças com desenvolvimento normal. Nesse contexto, os atrasos na fala são observados somente quando ela é comparada com uma criança normal, da mesma idade. (NASCIMENTO, 2006)

Cada criança com Síndrome de Down possui um ritmo de desenvolvimento intelectual diferente. Algumas aprendem a ler e a escrever mais rápido do que outras, demandando métodos que sejam ideais para cada uma. Além disso, elas apresentam um tempo de atenção menor, precisando ser estimuladas, desde o nascimento, a fim de que vençam suas limitações e amadureçam suas funções neurais, permitindo-as aprender e desenvolver seus potenciais.

Nesse contexto é importante a existência de professores capacitados a estimular o desenvolvimento intelectual dessas crianças. E este estímulo pode ser dado por meio de sua inserção na Educação Musical ou na Musicoterapia - áreas de naturezas bastante diferentes.

Primeiramente, a Educação Musical tem como objetivo musicalizar pessoas e fazer com que elas sejam sensíveis ao som, desenvolvendo sua sensibilidade e sua expressividade, ao mesmo tempo que ajuda no desenvolvimento motor e que pode contribuir para a sua formação global (BRITO, 1998).

Para Brito (1998), brincar de roda, fazer brincadeiras rítmicas e cantar ajuda no desenvolvimento da capacidade e do gosto musical da criança.

O processo de musicalização trabalha a percepção do esquema corporal, a coordenação motora, orientação espacial e temporal, atenção e reação, discriminação pelo ouvido da altura, da intensidade, da duração, do ritmo e das formas musicais (CRUZ, 1997).

Na Educação Musical, o foco está no conhecimento musical pelo aluno, e não na melhoria de sua saúde (LOURO, 2006).

Por outro lado, a Musicoterapia se ocupa com a relação entre a música e o paciente e não com a música em si. Dessa forma, o musicoterapeuta não necessita ser um instrumentista ou cantor. É importante, sobretudo, que ele conheça bem os elementos que constroem a música como a melodia, a harmonia, o timbre e o andamento. (LOURO, 2006).

Nesse contexto, costuma-se pensar que a música serve apenas para a recuperação de crianças com algum tipo de deficiência. E, pensando assim, muitas escolas especializadas não as aceitam como alunas, por não possuírem profissionais preparados para a função de ensiná-las, deixando-as à margem da educação musical (LOURO, 2006).

Várias pesquisas que relacionam a educação musical e indivíduos com diversas síndromes têm sido realizadas no Brasil. Há, como exemplo disso, um estudo de caso sobre uma criança com Síndrome de Kabuki (FREIRE, OLIVEIRA, MESQUITA, 2004) e uma investigação sobre a percepção e o discernimento de elementos musicais de indivíduos com Síndrome de Williams (VIVI, LÜDERS, 2010).

Em João Pessoa, uma experiência de educação musical voltada para alunos especiais teve sua proposta de ensino estruturada em conteúdos como parâmetros do som e desenvolvimento rítmico, com músicas de estilos e contextos variados. Dentre os alunos, havia crianças com Síndrome de Down e Arcaidi (OLIVEIRA, SILVA, 2006).

Reis, Costa e Conceição (2003) desenvolveram um trabalho de musicalização com crianças com Síndrome de Down, na faixa etária de sete a onze anos, na APAE de Belém, valorizando a criação e a improvisação, como formas de participação do aluno, por meio dos métodos Orff e Dalcroze. Os objetivos deste trabalho foi fortalecer, nesses alunos, o senso musical, o gosto pela expressão artística, o desenvolvimento sócio cultural, psicomotor e afetivo e desenvolver a coordenação motora, dentre outros.

Já Garcia (2002, p. 193) investiga como o estudante com Síndrome de Down constrói representações para o seu discurso musical e verifica que as representações desses alunos, “não apresentam diferenças sensíveis, num processo inicial de musicalização, em relação a outros alunos da mesma faixa de idade mental.”

Santos (2008) atenta para a importância de que haja pesquisas referentes a esse assunto, devido à escassez de materiais e bibliografia na área. Todavia, por meio de suas

indagações sobre as bases científicas e educacionais da Síndrome de Down, a autora constatou que crianças que possuem essa síndrome podem se relacionar social, educacional e musicalmente, como qualquer outra criança, pois seu desenvolvimento intelectual, apesar de ser mais lento, é semelhante ao desenvolvimento das demais crianças. Além disso, afirma que, de forma geral, os educadores musicais que atuam, nessa área, não possuem formação especializada em educação musical, nem em educação especial. Apesar dessa responsabilidade de capacitar professores para o ensino inclusivo ser do Ministério da Educação, por meio de programas específicos, a responsabilidade em desenvolver pesquisas que solucione problemas sociais é atribuído às universidades.

Segundo Louro (2006), a musicalização para pessoas com deficiência pode desenvolver habilidades motoras e criatividade. Além disso, ela não demanda talento do aluno, mas força de vontade, para que se aprenda música.

Muitas vezes, pessoas com algum tipo de deficiência não apresenta problemas relacionados à inteligência, mas sim ao modo como as atividades são trabalhadas, necessitando que estas se adequem à sua maneira de aprender.

Na maioria das vezes em que se estabelece a relação entre música e deficiência, remete-se à musicoterapia. Contudo, Viviane Louro afirma que a

forte diferença entre educação musical e musicoterapia refere-se, respectivamente, à relação professor/aluno (educação) – terapeuta/paciente (musicoterapia). Em princípio, o professor motiva o estudante a aprender uma matéria ou dominar uma habilidade, no caso, a musical. Em contrapartida o terapeuta ajuda o cliente a alcançar a saúde, mesmo que através da música além das sessões. (LOURO, 2006, p. 66)

No mesmo sentido, Bogaerts (2010) considera o “especial” como aluno e não como paciente, afirmando que o professor deve privilegiar o fazer musical, tanto para os alunos “normais” como para os “especiais”.

De acordo com a revista Política Educacional Inclusão Escolar das Pessoas com Deficiência (2007), desde 2005, as escolas de Belo Horizonte têm recebido alunos com diversas síndromes, trazendo assim novas possibilidades de ressignificação desse espaço. Ao chegarem, trazem desafios para a escola, revelando angústias e dúvidas nos

profissionais, proporcionando mudanças atitudinais e redimensionamento ao trabalho pedagógico.

Em 2006, as Redes Municipais de Ensino que receberam alunos com síndromes raras foram acompanhadas com assessoria externa de um profissional capacitado. Os professores, junto com o Núcleo de Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência, têm construído propostas para a superação das atitudes iniciais dessas crianças, para a construção de rotina escolar, para a participação nas atividades e para o envolvimento familiar.

O interesse por essa pesquisa surgiu a partir da observação da autora em relação às práticas educacionais de músicos que ensinam pessoas com Síndrome de Down. O objetivo deste trabalho é investigar o perfil desses professores, sua prática pedagógica, sua formação e seu conhecimento prévio a respeito da síndrome e das necessidades do aluno que a possui.

Além de tudo, pretende-se demonstrar que a Educação Musical e a Síndrome de Down podem caminhar juntas, não apenas como uma aplicação terapêutica, mas também como aplicação pedagógica, fazendo com que esses alunos aprendam música, de fato.

## **METODOLOGIA**

Para a realização deste trabalho, foi feita uma revisão bibliográfica, além de um levantamento de dados, por meio de uma entrevista semiestruturada (anexo 1), aplicadas a cinco professores de música que trabalham com algum aluno que tenha a Síndrome de Down. Quatro desses professores são licenciados em música e um possui bacharelado em piano, com múltipla formação em educação especial, além de um doutorado em neurociência. O entrevistado A trabalha em uma APAE, o B coordena um programa de inclusão na Fundação das Artes em um município do interior de São Paulo e é diretor geral de uma escola de música inclusiva. Os entrevistados C e D trabalham juntos em um projeto para crianças especiais, dentro de um Conservatório de Música situado no interior de Minas Gerais. Já o entrevistado E ministra aulas de música em uma escola regular.

As questões foram formuladas com base no livro “Fundamentos da Aprendizagem Musical da pessoa com deficiência”, de Viviane Louro.

Antes da entrevista com os professores, foi-lhes apresentado um Termo de Esclarecimento, que explica o objetivo da pesquisa, e também um termo de consentimento livre. Em seguida, os dados foram analisados sob o ponto de vista de Viviane Louro (2006), nosso principal referencial teórico.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com as entrevistas realizadas, três dos cinco professores entrevistados demonstram enfrentar dificuldades para trabalhar com crianças com Síndrome de Down. O entrevistado A afirma que seus alunos apresentam dificuldade em relação à cognição, à dicção e à disciplina. Para o entrevistado B as dificuldades de seus alunos são de ordem intelectual, de coordenação motora, de raciocínio lógico e de abstração. Já os entrevistados C e D apenas citaram a dificuldade da coordenação motora. O entrevistado E mencionou apenas a disciplina, como sendo um empecilho ao aprendizado.

Dificuldade	Cogniçã o	Dicçã o	Disciplin a	Intelectua l	Coordenaçã o Motora	Raciocíni o Lógico	Abstraçã o
Entrevistad o							
A	X	X	X				
B				X	X	X	X
C					X		
D					X		
E				X			

**Figura 1:** Dificuldade do entrevistado com os alunos com Síndrome de Down.

Segundo Louro (2012), o professor que deseja trabalhar na área de educação especial, deve procurar conhecimentos a respeito da área, pesquisar sobre o tema, fazer cursos e se atualizar para poder aprimorar suas aulas. É, também, de extrema importância que o professor conheça profundamente a deficiência que seu aluno possui, pois isso o auxiliará na preparação de suas aulas. No mesmo sentido, deve conhecer as limitações que os alunos possuem.

Com base nessas orientações de Louro, procuramos descobrir, dentre os profissionais entrevistados, quais deles sabem realmente algo sobre a Síndrome de Down. Quando questionados a respeito da síndrome, apenas um desses cinco professores mostrou conhecimento aprofundado. Como explica o entrevistado B:

Então, a SD é uma alteração genética, é, né que é na hora da concepção que você tem uma alteração no cromossomo 21 e as crianças nascem com uma série de coisas, né. Síndrome é sempre um conjunto de características, então elas nascem com conjunto de sintomas, digamos assim, então eles tem aquele fenótipo típico que é aquela carinha ne que todo mundo reconhece uma pessoa com SD é eles tem cardiopatia, eles tem geralmente menor estatura são hipotônicos, é ne, são todos molinhos a língua também é hipotônica é eles tem mais propensão de ser estéril, tem diminuição na temperatura do corpo tem dificuldade no fechamento da vertebra da, aqui do pescoço, da cervical. Então tudo isso faz parte do quadro da síndrome e a deficiência mental, né. (ENTREVISTADO B).

Entre os outros entrevistados, o professor A comenta que participa de uma reunião multidisciplinar, onde se tratam questões relacionadas ao processo de aprendizagem de cada aluno da instituição (APAE), mas como são vários alunos com diversos tipos de deficiências, ele não sabe detalhadamente a deficiência de todos com os quais ele trabalha.

Entrevistados	Sabe sobre a Síndrome	Não sabe sobre a Síndrome
A		X
B	X	
C		X
D		X
E		X

**Figura 2:** Sabe sobre a síndrome x Não sabe sobre a síndrome

Como Louro (2012) afirma, é igualmente importante que a família desse aluno mantenha uma cumplicidade com o educador, deixando-o ciente das informações a



respeito do aluno. Conhecer o contexto familiar do aluno pode ajudar o professor a programar as intervenções pedagógicas. Infelizmente, muitas famílias não permitem essa troca. Nesse contexto, cem por cento dos entrevistados concorda que o estímulo familiar pode influenciar, de alguma maneira, no aprendizado desses alunos, considerando como a família a base de todo o aprendizado.

Sobre o tratamento pessoal dado aos alunos, dois deles afirmam trata-los “normalmente”, como se não apresentassem a síndrome, e outros dois oferecem uma pedagogia diferenciada para cada tipo de caso. Em quase todas as suas respostas, o entrevistado D menciona a importância do carinho na relação professor/aluno. Ele diz:

Olha [...] eu tenho momento que [...] volto um pouquinho a ser uma criança, pra tentar enquadrar no, no mundinho deles, sabe? Então, durante a aula a gente, é faz mesmo como se tivesse ali achando graça de alguma coisa, é que eles por ventura venham fazer, e ao mesmo tempo agora vamos fazer uma atividade então para ter a atenção deles também, né. (ENTREVISTADO D).

Entrevistado/Tipo de tratamento em aula	Igual a todos	Igual a todos, mas pedagogicamente diferente	Carinho
A	X		
B		X	
C		X	
D			X
E	X		

**Figura 3:** Tratamento dos professores aos alunos.

Para Louro (2012), o trabalho com pessoas que tenha alguma deficiência nunca será uma tarefa individual. Será necessária a participação de diversos outros profissionais, como psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, dentre outros. Considerando essa necessidade, é imprescindível que o educador troque informações com os profissionais dessas áreas. Dentre os entrevistados, apenas dois estão abertos a procurar apoio e troca de informações com outros profissionais de áreas diferentes da sua.

O entrevistado A, por exemplo, que trabalha em uma APAE, participa de uma formação multidisciplinar que envolve um grupo de professores, uma fonoaudióloga,



uma psicóloga, uma professora e uma coordenadora pedagógica. Nesta formação, eles compartilham informações sobre cada aluno da instituição, analisando avanços e retrocessos, além de saber das dificuldades que cada aluno apresenta.

O entrevistado B, além de conversar com especialistas, também tem contato direto com os familiares dos alunos. Por outro lado, os entrevistados C, D e E não procuram essa relação. O entrevistado C, em especial, espera que essa troca de informações parta dos demais profissionais.

Entrevistado	Procura especialista que trabalha com os alunos	Não procura especialista que trabalha com os alunos
A	X	
B	X	
C		X
D		X
E		X

**Figura 4:** Procura especialistas X Não procura especialista.

Segundo Philippe Perrenoud, os processos cognitivos diferem, e muito, de um aluno para o outro e, por essa razão, o professor precisa conhecer e aplicar os *dispositivos de diferenciação* (PERRENOUD, 2000 *apud* LOURO, 2012). Isso significa que alunos que passaram por diferentes tipos de vivências trazem consigo diferentes tipos de habilidades. Assim, Louro (2012) afirma que antes de elencar os conteúdos e os objetivos de uma aula, o professor já deveria conhecer bem o aluno com quem ele vai trabalhar, pois, é a partir desse diagnóstico que ele terá as diretrizes dessa escolha. Acrescenta-se a isso, a importância de que o desempenho dos diferentes alunos seja registrado em fichas individuais, que contenham o tipo de deficiência que ele possui e as informações necessárias sobre cada um deles.

Quando questionados em relação aos conteúdos ministrados em sala de aula e a respeito das intervenções serem feitas, caso o planejamento não tenha eficácia, algumas respostas se divergem. O entrevistado A afirma que o planejamento é baseado no calendário das festividades da APAE, o conteúdo aplicado consiste em atividades

escolhidas pelo professor e pelos alunos. Por outro lado, o entrevistado B estabelece uma relação entre as demandas da escola e as necessidades individuais dos alunos. Ao planejar as aulas, os entrevistados C e D consideram as limitações de seus alunos. Já o entrevistado E considera a demanda da escola regular, independente da necessidade individual do aluno.

O entrevistado A afirma que as atividades planejadas nunca deixaram de funcionar, mas, caso acontecesse, mudaria de atividade e, em uma próxima aula, tentaria refazê-la. Já o entrevistado B comenta que quase nenhuma atividade dá certo e, por esse motivo, ele mantém três tipos de planejamento preparados. Caso o planejamento falhe, o entrevistado C improvisa alguma atividade. Os professores B, D e E levam para a aula atividades extras, aproximando-se da atitude do entrevistado A.

Na última questão, que investiga a visão dos professores em relação aos processo de ensino aprendizagem, todos os cinco entrevistados concordam que, apesar do processo de aprendizagem ser mais demorado em relação às demais crianças que não possuem a Síndrome, todos são capazes de aprender música, não tendo essas atividades uma abordagem terapêutica. Um dos entrevistados, por exemplo, afirma:

Sim, então... meu trabalho não é de musicoterapia, meu trabalho é de educação e eu trabalho em prol da aprendizagem. Então eu trabalho, porque eu acredito e percebo no dia-a-dia que elas conseguem aprender. Demora um pouco mais, mas... não tem o mesmo rendimento que as outras pessoas, mas aprendem. Aprende a ler, aprende a tocar. Entendeu? Tem uma escuta melhorada, não tem? Meu trabalho não é de reabilitação. Eu acredito na aprendizagem, mesmo. (ENTREVISTADO B)

Com base nesse diagnóstico, pode-se afirmar que ainda falta um processo de especialização docente, na área de música, para trabalhar com alunos com algum tipo de necessidade especial. A maioria deles não possui uma noção superficial da Síndrome de Down. Falta-lhes, inclusive, uma metodologia de aula que contemple de maneira mais eficaz as necessidades desses alunos.

## **CONCLUSÃO**

Neste trabalho, investigamos a prática pedagógica e o conhecimento de cinco professores de música, em relação ao ensino de alunos com Síndrome de Down. Por meio da análise das entrevistas, realizadas com estes, concluímos que a maioria deles

não possui conhecimento aprofundado sobre a Síndrome de Down e ministram aula a alunos que a possuem guiados pela intuição.

Seria importante que pesquisas dessa natureza fossem realizadas com uma amostragem maior de docentes, a fim de se obter um diagnóstico nacional. O resultado dessas pesquisas seria importante, por exemplo, para que as grades curriculares de cursos de licenciatura em música fossem contempladas com disciplinas relacionadas ao ensino de música para alunos com Síndrome de Down.

## REFERÊNCIAS

BOGAERTS, Jeanine. *Educação Musical Inclusiva: Considerações Sobre Aulas de Música em Escola Regular*. In: XIX Congresso Anual da Associação Brasileira de Educação Musical. IV Encontro Nacional de Ensino Coletivo de Instrumento Musical. III Encontro Goiano de Educação Musical. Políticas Públicas em Educação Musical: dimensões culturais, educacionais e formativas. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 28 de setembro a 01 de outubro de 2010, p. 787 – 795.

BRITO, T.A. Música. In: *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CRUZ, Gisele. *Canto, Canção, Cantoria: Como Montar um Coral Infantil*. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: SESC, 1997.

DAMASCENO, Karina Latorre Castro; CUNHA, Márcia Chaves; STREIT, Carla. *“Síndrome de Down”*. Universidade Luterana do Brasil Campus Guaíba, 2005.

FREIRE, Ricardo Dourado Freire; OLIVEIRA, Verônica; MESQUITA, Mariana. A inclusão de uma criança com necessidades especiais em aula de música. In: XIII Encontro Anual da ABEM. *Anais da ABEM*. Rio de Janeiro: 18 a 22 de outubro de 2004. Conservatório Brasileiro de Música – Centro Universitário, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Educação Musical. p. 918 – 924.

GARCIA, Eda do Carmo Pereira. Representações musicais de estudantes com síndrome de down: um estudo preliminar. In: XI Encontro Anual da ABEM. *Anais da ABEM*. Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 8 a 11 de outubro de 2002. p. 193 – 199.

LOURO, Viviane dos Santos. *“Educação Musical e Deficiência: propostas pedagógicas”*. São José dos Campos, SP: Ed. Do Autor, 2006.

NASCIMENTO, Márcia Leody Corrêa. *“Síndrome de Down”*. 2006. Disponível em: [http://marcia.nascimento.eng.br/02\\_down.pdf](http://marcia.nascimento.eng.br/02_down.pdf). Acesso: 18/08/2015.

OLIVEIRA, Jonathan de; SILVA, Fabiana Barbosa da. A educação musical especial: um universo a ser explorado na cidade de João Pessoa. In: XV Encontro Anual da ABEM. Educação Musical: produção científica, formação profissional, políticas

públicas e impactos na sociedade. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 17 a 20 de outubro de 2006. *Anais da ABEM*. p. 36- 43.

REIS, Alessandra Mara Gazel dos.; COSTA, Antônio de Pádua Sales.; CONCEIÇÃO, Thaynah Patrícia Borges. “Quem canta um canto avança um ponto”: o ensino da música como mediador do desenvolvimento e aprendizagem de crianças com Síndrome de Down. In: XII Encontro Anual da ABEM. I Colóquio do NEM. Políticas Públicas e Ações Sociais em Educação Musical. *Anais da ABEM*. Universidade do Estado de Santa Catarina, 21 a 24 de outubro de 2003, p.29 – 32.

SANTOS, Priscila Fernandes de Oliveira. A educação musical e a Síndrome de Down. In: *XVII Encontro Nacional da ABEM*. Diversidade Musical e Compromisso Social: O Papel da Educação Musical. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 08 a 11 de outubro de 2008.

VIVI, Henrique de Carvalho; LÜDERS, Valéria. A percepção de harmonia e melodia na música em pessoas com Síndrome de Williams. In: XIX Congresso Anual da Associação Brasileira de Educação Musical. IV Encontro Nacional de Ensino Coletivo de Instrumento Musical. III Encontro Goiano de Educação Musical. *Anais*. Políticas Públicas em Educação Musical: dimensões culturais, educacionais e formativas. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 28 de setembro a 01 de outubro de 2010. p.2334 – 2337.